**FILOSOFIA, BIOÉTICA E ECOLOGIA: PERSPECTIVAS E CONTRIBUIÇÕES À ECOTEOLOGIA CONTEMPORÂNEA**

PHILOSOPHY, BIOETHICS AND ECOLOGY: PERSPECTIVES AND CONTRIBUTIONS TO CONTEMPORARY ECOTHEOLOGY

**RESUMO**

O presente artigo pretende analisar a íntima integração entre a qualidade de vida humana e a qualidade de vida de toda a natureza humana. A metodologia desta pesquisa envolve um diálogo com a Filosofia, a Bioética e a Ecologia para extrair pistas ao pensamento ecoteológico. Nesse sentido, busca-se, num primeiro momento, uma análise filosófica aristotélica acerca da substância e da qualidade para proporcionar um substrato de sustentação à concepção de pessoa humana. Assim, num segundo passo, apresentam-se o conceito da pessoa e da sua dignidade a partir dos estudos da Bioética, a fim de sublinhar o valor inviolável da pessoa e, inclusive, da dignidade humana a partir da reflexão *Dignitas Personae*. O terceiro aspecto a ser trabalhado se dirige à linha da articulação que o Papa Francisco realiza na concepção de Ecologia Integral na qual apresenta na *Laudato Si’* uma Ecologia da vida cotidiana fundamentada no princípio do bem comum relacionado ao respeito pela pessoa humana enquanto tal. Por fim, numa quarta etapa, destaca-se a possibilidade da ligação entre a qualidade de vida humana e a qualidade de vida de todo o ecossistema. Para tanto, desenvolve-se uma análise ecoteológica para afirmar que toda qualidade de vida se baseia e se realiza sobre a substância, em outras palavras, é necessário levar em conta a pessoa concreta. Por isso, ao falar da qualidade de vida humana, pode-se perceber a sua relação com todo o ecossistema, pois tudo está interligado e toda a Criação proveniente das mãos de Deus.

**Palavras-chave:** Substância. Qualidade. Dignidade Humana. Qualidade de Vida.

**ABSTRACT**

This article aims to analyse the close integration between the quality of human life and the quality of life of all human nature. The methodology of this research involves a dialogue with Philosophy, Bioethic and Ecology to extract clues to ecoteological thought. In this sense, at first, na Aristotelian philosophical analysis about substance and quality is sought to provide a supporting sustrate for the conception of the human person. Thus, in a second step, the concepto f the perso and his dignity is presented from the studies of Bioethics, in order to underline the inviolable value of the person and, even, of human dignity from the reflection *Dignitas Personae.* The third aspect to be worked on is related to the articulation that Pope Francis makes in the concept of Integral Ecology in which *Laudato Si’* presents an Ecology of everyday life baed on the principle of the common good related to respect for the human person as such. Finally, in a fourth step, the possibility of a link between the quality of human life and the quality of life of the entire ecosystem is highlighted. For this, na teological analysis is developed to affirm that all quality of life is based on and carried out on the substance, in other words, it is necessary to take into account the concrete person. Therefore, when about the quality of human life, one can perceive its relationship with the entire ecosystem, since everything is interconnected and the whole of Creation comes from the hans of God.

**Key-words:** Substance. Quality. Human. Dignity Human. Quality Life.

**1 INTRODUÇÃO**

Para início desta reflexão, indicam-se algumas interpelações no tocante à dignidade humana. Seria inviolável o valor da vida humana ou dependeria esta possuir boas qualidades para ter maior valor? Ser pessoa é ontologicamente superior a ter qualidades? É possível conjugar o ser pessoa e ter qualidade de vida? É possível afirmar a existência de uma ecologia integral? O que significaria isto? A qualidade de vida humana estaria ligada à qualidade de vida do ecossistema? Como se encontra a qualidade de vida do meio ambiente em que a pessoa vive? Nesta interface entre Bioética, Teologia e Filosofia seria possível contribuir na construção da Ecoteologia contemporânea?

Dessa maneira, primeiro, buscam-se a definição, distinção e integração acerca dos conceitos de substância e qualidade em Aristóteles. Segundo, examinam-se a pessoa humana e a sua dignidade. Terceiro, focaliza-se a concepção de Ecologia Integral do Papa Francisco. Quarto, desdobra-se com uma indagação, a saber, será que existe um nexo de ligação entre a qualidade de vida humana e a qualidade de vida de todo o ecossistema?

**2 DEFINIÇÃO, DISTINÇÃO E INTEGRAÇÃO ACERCA DOS CONCEITOS DE SUBSTÂNCIA E QUALIDADE EM ARISTÓTELES**

Aristóteles (384-322 d. C) é um dos grandes marcos da Filosofia Grega, ao lado de Sócrates, Platão e tantos outros que os antecederam e sucederam. Ele foi discípulo de Platão, e este, por sua vez, foi discípulo de Sócrates. É dele que serão tomados os conceitos de substância e qualidade. Crê-se, ao ter em vista que tais conceitos podem colaborar na compreensão da relação existencial concreta entre pessoa humana, ecologia integral e a conexão da qualidade de ambas. Mesmo que, *a priori*, considere-se que a substância é anterior à qualidade e subsiste sem a mesma, caso contrário, não é verdadeira. Com efeito, faz-se necessário refletir o papel da qualidade em relação à substância.

Mas afinal, o que é substância segundo Aristóteles? Esta é uma interrogação que toca o coração do pensamento filosófico-metafísico aristotélico. Ela oriunda do grego, *ousia*, substantivo feminino, cuja tradução corresponde à essência, substância, ser, fortuna, riquezas e bens (PEREIRA, 1990, p. 418).

A primeira assertiva é a seguinte: para Aristóteles, perguntar o que é o ser, equivale a perguntar o que é a substância (Cf. ARISTÓTELES, *Metafísica* [Volume II: texto grego com tradução ao lado, sob os cuidados de REALE, Giovanni], 2002, *Metaph*. VII, 1, 1028 b, 2, p. 289). O ser é aquilo que dá estabilidade a uma coisa, faz com que ela seja o que ela é, e não outra coisa diferente de si mesma, não obstante, às suas modificações acidentais. E, isto, aplica-se, também à substância. Tal estabilidade é a base do conhecimento científico.

Em segundo lugar, podem-se encontrar cinco notas definidoras acerca da substância, segundo Aristóteles (A síntese que segue é apresentada por: ARISTÓTELES, *Metafísica.* [Volume I: Ensaio Introdutório, sob os cuidados de REALE, Giovanni], 2002, p. 99) como segue:

a) O que não inere a outro e, portanto, não se predica de outro, mas é substrato de inerência e de predicação dos outros modos de ser (cf. ARISTÓTELES, *Metaph*. VII, 3, 1029 a, 8-9, p. 293); b) Somente um ente capaz de existir separadamente do resto, de modo autônomo, em si e por si (Cf. ARISTÓTELES, *Metaph*. VII, 3, 1029 a, 28, p. 295); c) Somente o que é algo de determinado, portanto, não pode ser um atributo universal ou ente de razão (cf. ARISTÓTELES, *Metaph*. VII, 3, 1029 a, 28, p. 295; VII, 3, 1030 a, 3ss); d) ademais, característica da substância é a intrínseca unidade (cf. ARISTÓTELES, *Metaph*. VII, 12, 1037 b, 27, p. 241); e) Enfim, é característica da substância o ato e a atualidade (cf. ARISTÓTELES, *Metaph*. VIII, 2-3, 1042 b, 8 – 1044 a, 14, pp. 371-381).

Um terceiro elemento em relação à definição de substância é a seguinte: “o ser se diz em múltiplos significados, mas sempre em relação a uma unidade e a uma realidade determinada” (ARISTÓTELES, *Metaph.* IV, 2, 1003 a, 33-34, p. 132). Ao admitir o ser equivalente à substância, torna-se correto afirmar que a mesma é dita segundo múltiplos significados, mas que todos estes se encontram em referência a uma unidade ou realidade determinadas. Logo, a substância é uma essência necessária.

Além disso, para Aristóteles, em sentido estrito, a substância pode ser a matéria, a forma ou o *sínolo*, ou seja, algo composto de matéria e forma (cf. ARISTÓTELES, *Metaph.* VII, 3, 1029 a, 1-2, p. 293). No livro XII de sua obra *Metafísica,* Aristóteles demonstrará a existência de uma substância suprassensível, o Motor Imóvel.

Por fim, um último elemento que pode colaborar com a execução do objetivo desta pesquisa acerca da substância, segundo Aristóteles, é a distinção que ele faz entre substância primeira e substância segunda. Substância primeira é alguma coisa particular e existente na realidade (uma *res* concreta) como por exemplo: este homem, esta árvore, esta mulher, esta flor, etc. A substância primeira é a base onde se apoia, de onde deriva as substâncias segundas e, se não houvessem substâncias primeiras seria impossível que existissem quaisquer outras coisas (cf. ARISTÓTELES, *Categorias*, 2011, p. 32). Já por substâncias segundas, Aristóteles compreende a espécie e o gênero, de sorte que a espécie é mais próxima da substância primeira, como por exemplo, se se tomasse este ou aquele homem, e se dissesse que é humano/racional (espécie), é mais instrutivo do que se dissesse que é um animal (gênero) (cf. ARISTÓTELES, *Categorias,* p. 32-33).

De tudo que foi tratado acerca da substância, de acordo com Aristóteles, segue que o seu interesse é de tratar a mesma, de maneira a partir sempre da realidade concreta, isto é, deste ou daquele homem como sujeito existente realmente; desta ou daquela árvore como sujeito existente realmente. Esta é a substância primeira. Já a combinação das palavras entre si, ao originar a proposição (cf. ARISTÓTELES, *Categorias,* 2011, p. 26), consistirá na representação desta, no pensamento humano, através da abstração, de forma a gerar a substância segunda. A veracidade ou a falsidade das proposições consistirão na adequação ou não das mesmas, no intelecto, com as coisas, às quais referem-se. Portanto, é de interesse primordial desta investigação salientar a importância da substância primeira, que se conforma com o sujeito existente concreto, ainda que, paradoxalmente, tenha-se que recorrer à substância segunda para sua compreensão.

Cabe, agora, analisar a segunda interrogação: afinal, o que é a qualidade para Aristóteles? Ela remete ao grego, *poiotes*, substantivo feminino, que significa qualidade (PEREIRA, 1990, p. 466). A definição dada por Aristóteles é a seguinte: “Entendo por *qualidade* aquilo em virtude do que as coisas são, de algum modo, qualificadas” (ARISTÓTELES, *Categorias,* 2011, p. 62). A primeira consideração que se faz necessária discorrer consiste no fato de que a qualidade se apoia sobre as coisas e qualificam-nas.

Ora, ao inferir corretamente o que foi dito sobre a substância, esta é a condição imprescindível para que uma qualidade seja, também concretamente, isto é, uma determinada coisa para ser, deve, necessariamente, ter como fundamento uma substância determinada. Assim, por exemplo, pode-se postular, que João é forte e ruivo. O ser forte e ruivo (qualidades do sujeito) em João, somente se tornam possíveis, porque, antes de tudo, João é João (substância determinada). Desta maneira, a substância (João) antecede as qualidades que lhe são predicadas (forte e ruivo). Estas (qualidades) se apoiam naquela (substância). É impossível que exista um forte e ruivo que não se refiram a um sujeito determinado. E tal sujeito na realidade pode ser chamado de substância primeira e na proposição/mente do sujeito pensante, de substância segunda. A veracidade ou falsidade de tal proposição se encontra na adequação da mesma com a realidade à qual ela refere-se. Assim, a proposição, João é forte e ruivo, será verdadeira se na realidade concreta se encontrar um sujeito que possua tais características. O inverso será falso. Tal ilustração, pode-se aplicar univocamente a todas as pessoas que possuam estas qualidades ou outras semelhantes ou analogamente a outros sujeitos, como por exemplo, a uma árvore ou a um cachorro, dado que a substância se exprime de muitos modos.

Ao seguir a ordem da construção da definição aristotélica de qualidade, após ter demonstrado a anterioridade ontológica da substância em relação à esta, qualidade, faz-se mister averiguar o modo de ser da qualidade. Para tanto, será tomada a mesma proposição anterior, isto é, João é forte e ruivo. Ora, dá-se por certo que João seja concretamente. Disso resulta que ele possua e realiza, neste instante, as qualidades de ser forte e ruivo. Todavia, se com o passar do tempo, João venha a enfraquecer-se, ou por força da natureza falível de que é dotado, ou por uma enfermidade, bem como por qualquer outro motivo plausível, (o mesmo vale à sua qualidade de ser ruivo), nasce a seguinte indagação: João deixaria de ser João ou seria menos João, ou teria menos valor do que antes, assim por diante, ou continuaria a ser João? Crê-se que qualquer pessoa de bom senso e de boa fé afirmaria que João continuaria a ser João, agora, privado de suas qualidades anteriores. Sendo verdadeira tal premissa, é inevitável a conclusão de que João exista de modo essencial (enquanto realiza uma substância determinada) enquanto as qualidades forte e ruivo existam de modo acidental. O mesmo se aplica, analogamente, a outros seres, como por exemplo, ao cachorro e à árvore.

Ao estar certas a definição e distinção entre substância e qualidade, considera-se correto inferir que exista uma integração entre ambas. Ora, a qualidade para existir concretamente apoia-se sobre a substância/sujeito, assim como forte e ruivo apoiam-se sobre João.

Por conseguinte, a substância é aquilo que é, é o fundamento necessário que possibilita algo de ser o que ele é. Já a qualidade é uma afeição que se apoia sobre a substância, qualificando o sujeito à que ela refere-se. Ela existe de modo acidental. Desta maneira, a qualidade depende da substância para ser o que ela é. Convenha-se, que sendo melhor a qualidade que se apoia sobre o sujeito, tal fato, melhora a existência do sujeito. Por exemplo, é melhor ser forte pela saúde do que ser fraco pela doença.

**3 A PESSOA HUMANA E A SUA DIGNIDADE**

A instrução *Dignitas Personae* apresenta a dignidade humana não somente no título, uma vez que a “dignidade” aparece trinta e duas vezes no desenvolvimento do texto, ao passo que a palavra “pessoa” aparece quarenta e cinco vezes. Em relação ao título, percebe-se que a instrução principia com as palavras *Dignitas personae*, a saber, a dignidade da pessoa, que é reconhecida no ser humano, desde a concepção até o momento da morte natural. Este pressuposto fundamental “exprime um grande ‘sim’ à vida humana [...] que deve ser colocado no centro da reflexão ética sobre a investigação biomédica” (CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DO CLERO, *Dignitas Personae* [DP], 2008, n. 1).

Quanto ao objetivo, vale destacar que, nos últimos anos, as ciências biomédicas alcançaram progressos enormes, que abrem novas perspectivas terapêuticas, mas suscitam também sérias interrogações não explicitamente enfrentadas pela Instrução *Donum vitae* (22 de Fevereiro de 1987). A nova Instrução, que tem a data de 8 de Setembro de 2008, propôs respostas para algumas novas questões de bioética, que, de certo modo, instigam expectativas e perplexidades em vastos setores da sociedade. Haja vista que se procurou “promover a formação das consciências” (DP, 2008, n. 10) e encorajar uma pesquisa biomédica que respeite a dignidade de cada ser humano.

O avanço da ciência possibilita um maior conhecimento do ser humano. Por um lado, contribui ao conhecimento das estruturas biológicas e da geração do homem. Por outro, pode prejudicar o homem, quando lesiona o seu bem integral ou, até mesmo, a sua dignidade.

Nos últimos decênios, as ciências médicas têm feito consideráveis progressos no conhecimento da vida humana nas fases iniciais da sua existência. Permitiram conhecer melhor as estruturas biológicas do homem e o processo da sua geração. Tais progressos são certamente positivos e merecem apoio, quando servem para ultrapassar ou corrigir patologias e ajudam a restabelecer o percurso normal dos processos generativos. São, porém, negativos e, por isso, não se podem aceitar, quando comportam a supressão de seres humanos ou usam meios que lesam a dignidade da pessoa ou então são adotados para finalidades contrárias ao bem integral do homem (DP, 2008, n. 4).

O corpo embrionário não pode ser reduzido ao conjunto das suas células, porque ele se desenvolve gradativamente conforme um “programa” bem definido, e com um fim intrínseco próprio, que se manifesta, especialmente no nascimento de cada criança. Faz-se mister ressaltar o *critério ético fundamental*, que já foi expresso na Instrução *Donum vitae* para avaliar todas as questões morais relativas às intervenções sobre o embrião humano e que se apresenta, novamente na *Dignitas Personae*:

O fruto da geração humana, desde o primeiro momento da sua existência, isto é, a partir da constituição do zigoto, exige o respeito incondicional que é moralmente devido ao ser humano na sua totalidade corporal e espiritual. O ser humano deve ser respeitado e tratado como pessoa desde a sua concepção e, por isso, desde esse mesmo momento devem ser-lhe reconhecidos os direitos da pessoa, entre os quais e antes de tudo, o direito inviolável de cada ser humano inocente à vida (DP, 2008, n. 4).

Se considerar o respeito e o cuidado de que o ser humano tanto necessita desde a sua concepção, percebe-se, então, a aplicabilidade para todo ordenamento jurídico. Nota-se uma verdade de caráter ontológico capaz de salvaguardar o ser humano como pessoa e não como objeto a ser manipulado ou alterado pela ciência.

Semelhante afirmação de caráter ético, reconhecida como verdadeira e conforme à lei moral natural pela própria razão, deveria servir de fundamento a todo o ordenamento jurídico. Supõe, de fato, uma *verdade de caráter ontológico*, em força do que a referida Instrução evidenciou na base de sólidos conhecimentos científicos sobre a continuidade do desenvolvimento do ser humano (DP, 2008, n. 5).

A instrução *Donum vitae* revelou que existe um nexo intrínseco entre a dimensão ontológica e o valor específico de cada ser humano. Embora a presença de uma alma espiritual não possa ser detectada pela observação empírica, são as próprias conclusões da ciência sobre o embrião humano a oferecer uma indicação valiosa para discernir racionalmente uma presença pessoal desde o princípio da vida humana. A realidade do ser humano não permite afirmar nem uma mudança de natureza, nem uma gradualidade de valor moral, porque possui uma *plena qualificação antropológica e ética*. O embrião humano possui desde o início a dignidade própria da pessoa humana (DP, 2008, n. 5).

A dignidade e o valor da pessoa humana se encontram impressas em cada um. Assim, a família possui um papel importante no nascituro, a fim de lhe garantir o amor recíproco e responsável. O matrimônio precisa, com isso, ser refletido como vocação responsável pela propagação do amor no mundo.

O respeito de tal **dignidade é devido a cada ser humano**, porque este **traz impressos** em si, de **maneira indelével**, a própria **dignidade** e o próprio **valor**. *A origem da vida humana*, por outro lado, *tem o seu contexto autêntico no matrimónio e na família*, onde é gerada através de um ato que exprime o amor recíproco entre o homem e a mulher. Uma procriação verdadeiramente responsável em relação ao nascituro “deve ser o fruto do matrimónio” (Negrito nosso. DP, 2008, n. 6).

O matrimônio consiste numa instituição sapiente do Criador, em virtude de realizar na humanidade o seu desígnio de amor. Os esposos atuam na comunhão dos seus seres para formar uma só carne, por meio de um aperfeiçoamento mútuo e pessoal. Eles podem colaborar com Deus na geração e educação de novas vidas. Na origem do sacramento matrimonial se situa o “sim” que um dá ao outro e que, posteriormente é vivenciado no decorrer da vida e na formação responsável da família, a fim de que se reconheça o valor e a dignidade de cada integrante do seio familiar (DP, 2008, n. 6).

É interessante observar em Gn 1,26 de que a criatura é qualificada por Deus como muito boa. Depois, Deus envia o seu Filho em Jo 1,14 e revela o pleno significado e valor do humano. Cabe a cada pessoa respeitar o outro e, acima de tudo, cuidar e ajudar no aperfeiçoamento de seus valores, uma vez que o ser humano é a imagem e semelhança de seu Criador.

É convicção da Igreja que tudo o que é humano não só é acolhido e respeitado pela *fé*, mas por esta é também purificado, elevado e aperfeiçoado. Deus, depois de ter criado o homem à sua imagem e semelhança (cf. *Gn* 1,26), qualificou a sua criatura como “muito boa” (Gn 1,31) para depois assumi-la no Filho (cf. Jo 1,14). O Filho de Deus, no mistério da Encarnação, confirmou a dignidade do corpo e da alma, constitutivos do ser humano. Cristo não desdenhou a corporeidade humana, mas revelou plenamente o seu significado e valor: “Na realidade, o mistério do homem só no mistério do Verbo encarnado se esclarece verdadeiramente” (DP, 2008, n. 7).

Deus se faz presente no meio da humanidade na figura do Filho, de sorte que, graças a Ele, as pessoas recebem o poder, *exousia*,de serem “filhos de Deus” (Jo 1,12) e, principalmente “participantes da natureza divina” (2Pd 1,4). Esta nova dimensão não está em contraste com a dignidade da criatura em que todos os homens reconhecem como racional, mas eleva-a a um ulterior horizonte de vida, que é a própria vida de Deus, e permite refletir mais adequadamente sobre a vida humana e sobre os atos que constituem-na (DP, 2008, n. 7). A vida humana repleta da variedade de valores e de personalidades revela os traços do infinito amor de Deus, pois, além da variedade, há a singularidade presente em cada pessoa e que precisa ser conhecida e, sobretudo, contemplada no horizonte da fé e da esfera humana.

À luz destes dados da fé, ainda mais se acentua e se reforça o respeito pelo indivíduo humano, que a razão exige. Por essa razão, não há contradição entre a afirmação da dignidade e a da sacralidade da vida humana. As diversas maneiras como, na história, Deus cuida do mundo e do homem, não só não se excluem entre si, mas, pelo contrário, apoiam-se e compenetram-se mutuamente. Todas elas derivam e terminam no sábio e amoroso desígnio eterno com que Deus predestina os homens “a serem conformes à imagem do Seu Filho” (Rm8, 29) (DP, 2008, n. 7).

Há ainda outra novidade em relação ao quadro regulamentar da *Dignitas Personae*, ou seja, o apelo explícito às verdades da fé para fortalecer a proteção embrionária. De fato, os n. 7-8 da *Dignitas Personae* são totalmente dedicados ao fundamento teológico da dignidade humana, que também é universal neste âmbito (Tradução nossa do italiano. BORGOÑO, 2009, p. 25).

Assim como Deus cuida do homem e do mundo, constata-se que o homem possui uma vocação eterna e é impelido a partilhar o amor trinitário: “A partir do conjunto destas duas dimensões, a humana e a divina, compreende-se melhor o porquê do valor inviolável do homem: este possui uma vocação eterna e é chamado a partilhar o amor trinitário do Deus vivo” (DP, 2008, n. 8).

Esta vocação se aplica a todos indistintamente. Desse modo, pelo fato de existir, cada ser humano deve ser plenamente respeitado. É fundamental excluir a introdução de critérios de discriminação quanto à dignidade, com fundamento no desenvolvimento biológico, psíquico, cultural ou no estado de saúde. Vale mencionar que, no homem, criado à imagem e semelhança de Deus, reflete-se, em cada fase da sua existência, o próprio rosto de Jesus. Dessa forma, a vida humana é sempre um bem, visto que ela é, no mundo, manifestação de Deus, sinal da sua presença e vestígio da sua glória (DP, 2008, n. 8).

A fé e a razão precisam caminhar juntas na formação do ser humano. O ponto de encontro da fé e da razão se encontra no humano. No caso da Ética Cristã e da Bioética, elas não podem se esquecer do seu conteúdo teológico, especialmente quando se dialoga com as demais ciências. Ela precisa ajudá-las a experimentar e refletir no humano a presença do divino.

Certamente, a Igreja sempre defendeu a fé e a razão como duas asas que nos levam à contemplação da verdade. Mas, quando uma asa de um pássaro bate mais que a outra, ela voaria em círculos sem ir a lugar nenhum. Talvez para ser inclusivo e dialogar com a multidão secular, os bioeticistas católicos preferiram usar a linguagem comum da filosofia sem fazer muito apelo à fé. Além disso, o desafio que alguns teólogos morais levantaram sobre a especificidade da ética cristã deixou um gosto amargo para aqueles que querem se interessar pela bioética com *insights* teológicos (Tradução nossa do inglês. THAM, 2009, p. 17).

O ser humano é pessoa, porque é o único ser em que a vida se torna capaz de reflexão sobre si, de autodeterminação; é o único ser vivo que, na visão de Sgreccia (2002, p. 79), tem a capacidade de captar e descobrir o sentido das coisas, e de dar sentido às suas expressões e à sua linguagem consciente. Aliás, o fato de conceber o ser humano individual como pessoa implica reconhecer a sua dignidade. Assim, Vale (2019, p. 90) considera “[...] que a pessoa humana, como na tradição cristã, é imagem da própria Trindade, essa ênfase acabou sendo o pressuposto central, não só no cristianismo, mas em toda cultura ocidental para que é denominado de dignidade humana”. Nesse caso, a dignidade é uma decorrência da ontologia de pessoa, visto que é a “imago Dei”, imagem e semelhança de Deus, conforme a revelação bíblica. De acordo com Vale (2019, p. 91), a “dignidade ontológica, como algo inerente ao ser não pode ser negada a nenhum homem, uma qualidade intrínseca da pessoa humana, irrenunciável, inalienável, haja vista tratar-se de algo que qualifica o ser humano como tal”.

Além da dignidade da pessoa humana, como valor fundamental da mesma, não se pode esquecer do que hoje muito afirma-se, a saber, o valor da qualidade de vida humana. Não se pode negar que ter uma “boa qualidade de vida” é algo importante e prazeroso. Porém, não se pode inverter a ordem dos valores. O ser pessoa será ontologicamente, o fundamento de toda qualidade. A qualidade de vida humana não aumentará nem diminuirá o valor absoluto de “ser humano”.

**4 A CONCEPÇÃO DE ECOLOGIA INTEGRAL DO PAPA FRANCISCO**

É evidente que a humanidade atravessa uma profunda crise ecológica de alcance mundial. Tal crise é apresentada pelo Papa Francisco como um grave problema social, tanto que a Carta Encíclica *Laudato Si’* é inserida no interior do magistério social da Igreja (FRANCISCO, *Laudato Si’* [LS]*,* n. 15). Talvez seja uma das *Rerum Novarum* de nosso tempo (LEÃO XIII, *Rerum Novarum* [RN]), mesmo que cause grande tristeza e apreensão para ela. Tomar a questão ecológica como uma questão eclesial significa o interesse que a Igreja manifesta em cuidar da Casa Comum, referência explicita sobre a temática da Encíclica mencionada, além de se fazer solidária com toda a humanidade em busca de alternativas que causem esperanças. O Santo Padre se coloca numa longa fila do magistério da Igreja, citada diretamente por ele, referente à crise ecológica, com raiz antropológica (LS, n. 3-6), além de contar com as contribuições de outras Igrejas Cristãs e de outras Religiões (LS*,* n. 7-9). Ele, ainda alude à figura do Patrono a Ecologia, São Francisco de Assis e procura alçar a sua voz a toda a família humana à urgente missão de cuidar da Casa Comum (LS*,* n. 10-14). Mas, simultaneamente, a Igreja tem consciência de que é uma voz dentre tantas outras, que devem se unir na busca de preservar e até reconstruir a natureza criada por Deus.

Foi considerado oportuno contextualizar a questão ecológica, com raiz antropológica, dentro do Ensino Social da Igreja e algumas das principais mudanças mencionadas pelo Papa Francisco na *Laudato Si’,* antes de ser apresentada a sua concepção de ecologia integral. A justificativa está no fato de existir uma interligação destes elementos entre si. A Igreja, Luz dos Povos (CONCÍLIO VATICANO II, *Lumen Gentium* [LG], 1968) se sente no dever missionário permanente de iluminar à luz daquele que é a Luz do mundo (Jo 8,12) a realidade onde ela se encontra. Além disso, como Mãe e Mestra, (JOÃO XXIII, *Mater et Magistra* [MM], 1962) ela procura constantemente gerar seus filhos e filhas na caridade e educá-los na verdade (Jo 14,6). Assim, como parece ser evidente para todos o gemido atual da criação, como uma mãe em dores de parto (Rm 8,22).

No entanto, o Santo Padre oferece uma concepção de ecologia integral, partindo do princípio de que tudo está interligado, homem e toda a natureza criada formam uma relação necessária e essencial, onde o todo é superior à parte (LS*,* n.120; 137-142). Tudo está em constante relação. E não se trata de uma relação contingente, isto é, constituída pelo ser humano, mas de uma relação necessária, dada por Deus desde o princípio. Entrelaçam-se a unidade na multiplicidade e a multiplicidade na unidade de todas as coisas. E isto manifesta e representa a intenção e a bondade divinas. Assim atesta o Papa Francisco, citando São Tomás de Aquino:

Santo Tomás de Aquino sublinhava, sabiamente, que a multiplicidade e a variedade “provém da intenção do primeiro agente”, o qual quis que “o que falta a cada coisa, para representar a bondade divina, seja suprido pelas outras”, pois a sua bondade “não pode ser convenientemente representada por uma só criatura” (AQUINO, 2001, I-I, q. 47, art. 1; art. 2, ad. 1; art. 3 apud LS, n. 86).

O bem do ser humano incide no bem do meio ambiente e vice-versa. Tempo e espaço estão interligados. Os danos provocados num lugar específico, podem causar influências nefastas em tantos outros lugares, próximos ou distantes. Nessa direção, justifica-se a preocupação recente e global com a questão da Amazônia, incluindo nisso, o próprio Sínodo dos Bispos para a Amazônia (ASSEMBLEIA ESPECIAL DO SÍNODO DOS BISPOS. *Sínodo para a Amazônia*, 2019). A destruição deste imenso bioma pode acarretar malefícios climáticos que serão sentidos em todo planeta. Por exemplo, o desmatamento ou as queimadas provocadas pelo agronegócio podem influenciar ou já influenciam o aumento do nível de gases poluentes na atmosfera, a elevação da temperatura em muitas regiões, a escassez de chuvas em outras, assim por diante. Não é à toa que a relação ciência-técnica na exploração irracional da parte do homem, especialmente nos últimos dois séculos, gerou no presente este triste e devastador cenário. Enfim, existe uma comunhão ontológica essencial e profunda entre tudo o que é.

**5 SERÁ QUE EXISTE UM NEXO ENTRE A QUALIDADE DE VIDA HUMANA E A QUALIDADE DE VIDA DE TODO O ECOSSISTEMA?**

À guisa do que já foi dito, é plausível afirmar que a qualidade da vida humana está intimamente interligada com a qualidade de vida de todo planeta. Sem perder o seu valor inviolável, a pessoa humana não pode prescindir de buscar uma existência, qualitativamente, sempre melhor, sem prescindir da realidade que o circunda. O ser humano, por natureza, é um ser social (ARISTÓTELES, *Política,* p. 4), que convive com demais seres de sua espécie e com todos os seres criados por Deus. O homem e a mulher são seres no mundo, existem em um *habitat* específico. No desejo de possuir uma existência tranquila e com boa qualidade, torna-se uma tarefa cada vez mais urgente, zelar pelo bem do universo onde a pessoa se encontra. Caso contrário, não somente o sentido da sua existência pode declinar, mas a própria existência humana sobre a terra.

Outrossim, ao levar em conta a pessoa dotada de uma natureza humana, pode-se realizar um magnífico labor reflexivo no âmbito deste mistério que envolve a dignidade da pessoa humana: a busca pelo sentido da vida relacionado à qualidade de vida. Esta, por sua vez, compreende-se não como propriedade a ser manipulada ou alterada pelo ser humano e sim ser reconhecida como dom de Deus. Cada pessoa humana possui um traço de seu Criador e, com efeito, entende-se que aliado à qualidade de vida, há, ainda a sacralidade de vida. Os desafios do contexto histórico atual no campo da Bioética Secular que amiúde tendem a ver a condição imediata da pessoa, de modo que apontam, simplesmente o bem estar, necessitam de ressignificação. Segundo Ramos e Lucato:

Por isso, ao considerar a pessoa humana como fundamento de um modelo ético, como na bioética personalista, se enfrenta a realidade com precisão, e parte-se dessa entidade (unidade de corpo-espírito) como parâmetro para ditar a prática da bioética. Assim, a dignidade de todo ser humano é certamente respeitada (RAMOS; LUCATO, 2010, p. 74).

À medida que a Bioética Secular dialogar com a Bioética Personalista, constata-se que a ciência pode ser mais humanizada e conhecer profundamente a riqueza da pessoa humana na sua formação integral enquanto corpo, alma e espírito. Com isso, a fé e a razão podem muito contribuir para o desenvolvimento da pessoa humana, assim como o reconhecimento da sua imagem e semelhança ao Criador. O Papa Francisco, numa relação entre Teologia e Ecologia afirma que cada pessoa é guardião da criação inteira ao comentar a relação entre a criação e a eucaristia:

A criação encontra a sua maior elevação na Eucaristia. A graça, que tende a manifestar-se de modo sensível, atinge uma expressão maravilhosa quando o próprio Deus, feito homem, chega ao ponto de fazer-Se comer pela sua criatura. No apogeu do mistério da Encarnação, o Senhor quer chegar ao nosso íntimo através dum pedaço de matéria. Não o faz de cima, mas de dentro, para podermos encontrá-Lo a Ele no nosso próprio mundo. Na Eucaristia, já está realizada a plenitude, sendo o centro vital do universo, centro transbordante de amor e de vida sem fim. Unido ao Filho encarnado, presente na Eucaristia, todo o cosmos dá graças a Deus. Com efeito a Eucaristia é, por si mesma, um ato de amor cósmico. “Sim, cósmico! Porque mesmo quando tem lugar no pequeno altar duma igreja da aldeia, a Eucaristia é sempre celebrada, de certo modo,*sobre o altar do mundo”*. A Eucaristia une o céu e a terra, abraça e penetra toda a criação. O mundo, saído das mãos de Deus, volta a Ele em feliz e plena adoração: no Pão Eucarístico, “a criação propende para a divinização, para as santas núpcias, para a unificação com o próprio Criador”. Por isso, a Eucaristia é também fonte de luz e motivação para as nossas preocupações pelo meio ambiente, e **leva-nos a ser guardiões da criação inteira** (Negrito nosso. FRANCISCO, LS, n. 236).

Portanto, a pessoa como guardiã consiste naquela que é capaz de cuidar de si mesma, do outro e do mundo, visto que entende o seu papel de colaboradora na obra da criação. Nesse sentido, o Papa Francisco une a dimensão da criação com a eucaristia para mostrar que, na eucaristia, nota-se o valor do amor traduzido pelo gesto de doação como modelo a ser imitado pela pessoa guardiã.

**6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após ter percorrido este percurso, necessitam-se apresentar as seguintes constatações que contribuem à construção de uma Ecoteologia: A concepção aristotélica de substância e qualidade, do modo que procede-se, ou melhor, a definição, a distinção e a integração entre ambas foi de grande valia, proporcionando um substrato de sustentação à concepção de pessoa humana, à sua dignidade e à busca de construção de uma boa qualidade de vida na história cotidiana. Não há de se negar que a “ter uma boa qualidade de vida” é algo que não deve ser menosprezado por ninguém. Porém, não se pode jamais esquecer que, ontologicamente, existe uma prioridade do “ser pessoa” em relação ao possuir uma “boa qualidade de vida”. Toda qualidade se apoia e se realiza a partir da substância. Isso significa o mesmo de dizer que ter boa saúde, ter tempo para um lazer, dentre tantas outras possibilidades, só são possíveis, sendo uma pessoa concreta.

Além disso, na concepção do Papa Francisco referente à Ecologia Integral, tudo está interligado, existindo um nexo originário e essencial em toda a Criação saída das mãos de Deus. Desta forma, é uma tarefa inadiável a todos os homens e mulheres de “cuidarem” da Casa Comum e, particularmente da qualidade de vida de todo o universo.

**REFERÊNCIAS**

ARISTÓTELES. **A Política.**Tradução: Roberto Leal Ferreira, feita a partir da versão francesa de Marcel Prelot. São Paulo: Martins Fontes, 1991

ARISTÓTELES. **Categorias.** Tradução Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2011.

ARISTÓTELES. **Metafísica.** Volume II: texto grego com tradução ao lado, sob os cuidados de Giovanni Reale. São Paulo: Loyola, 2002.

ASSEMBLEIA ESPECIAL DO SÍNODO DOS BISPOS. **Sínodo para a Amazônia. Amazônia: Novos caminhos para a Igreja e para uma Ecologia Integral.**Instrumento Laboris. Brasília: CNBB, 2019.

BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém.**São Paulo: Paulus, 2003.

BORGOÑO, C. Lo statuto dell’embrione umano nella *Dignitas Personae.* **Studia Bioethica**, v. 2, n. 1, 2009, p. 19-28.

CONCÍLIO VATICANO II. *Lumen Gentium* (LG). (Constituição Dogmática sobre a Igreja). In: VIER, Frei Federico (Coord.) **Compêndio do Vaticano II:** constituições, decretos e declarações*.* 25.ed. 1996. Petrópolis: Vozes, 1968.

CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ. **Instrução *Dignitas Personae* sobre algumas questões de Bioética (DP)**, 2008.

FRANCISCO. **Laudato Si’ (LS).**Carta Encíclica sobre o Cuidado da Casa Comum. Brasília: CNBB, 2015.

JOÃO PAULO II, Papa. **Fides et Ratio (FR).**Carta Encíclica sobre as relações entre Fé e Razão. 8ª Ed. 2005. São Paulo: Paulinas, 1998.

JOÃO XXIII, Papa. **Mater et Magistra (MM).** Carta Encíclica sobre a evolução social à luz da Doutrina cristã. 19ª Ed. São Paulo: Paulinas, 1962.

LEÃO XIII, Papa. **Rerum Novarum (RN).**Carta Encíclica sobre a condição dos operários. 9ª Ed. 1965. São Paulo: Paulinas, 1891.

PEREIRA, Isidoro. **Dicionário :**grego – portugês e português – grego. Braga (Portugal) : Livraria Apostolado da Imprensa, 1990.

RAMOS, D. L. P.; LUCATO, M. C. O conceito de pessoa humana da bioética personalista (Personalismo Ontologicamente Fundado). **Pistis & Praxis**, v. 2, n. 1, p. 57-75, jan./jun. 2010.

SGRECCIA, E. **Manual de bioética I:** fundamentos e ética biomédica. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

THAM, J. Human dignity in *Dignitas Personae:* Philosophical and Theological Reflections. **Studia Bioethica**, v. 2, n. 1, 2009, p. 12-18.

VALE, T*.* G.**Cuidados paliativos e o final da vida no início da vida.**Diante do nascimento e da morte do recém-nascido extremamente prematuro sob o ponto de vista de ética da virtude de Edmund Pellegrino. Roma, Itália: Regina Apostolorum, 2019.